

Assim:

Nos termos do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º e com a alínea a) do n.º 3 do artigo 51.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com a redacção introduzida pela Lei n.º 18/91, de 17 de Junho, elaborou a Câmara Municipal o presente Regulamento, que foi, nos termos das alíneas a) e f) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, submetido à Assembleia Municipal para aprovação, após afixação em todos os lugares de estilo e publicação no *Boletim Municipal*, n.º 87, para apreciação pública e recolha de sugestões pelo prazo de 30 dias, nos termos e para os efeitos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

## CAPÍTULO I

### Artigo 1.º

#### Âmbito

O Cine-Fórum de Penedono fica sujeito às disposições do presente Regulamento.

### Artigo 2.º

#### Fins das instalações

1 — As instalações destinam-se à realização de actividades de natureza cultural e ocupação de tempos livres, designadamente: passagem de filmes, concertos, seminários, conferências, palestras, reuniões,

### Artigo 3.º

#### Utilização

1 — A utilização das instalações somente poderá processar-se mediante pedido prévio, por escrito, dirigido à Câmara Municipal de Penedono.

2 — As instalações apenas poderão ser utilizadas para a actividade solicitada.

### Artigo 4.º

#### Entidades abrangidas

A utilização é alargada a todos os organismos, instituições, serviços, colectividades públicas e privadas e demais que aqui não estejam inseridas definidas por três grupos:

- 1) Organismos municipais e estabelecimentos de ensino.

Inserem-se neste âmbito:

Câmara Municipal e Assembleia Municipal;  
Juntas de freguesia;

Estabelecimentos de ensino pré-escolar, 1.º ciclo, 2.º ciclo, 3.º ciclo e secundário;

- 2) Associações culturais e recreativas;

- 3) Instituições e serviços públicos, cooperativas (com fins lucrativos), agremiações políticas (excepto para fins eleitorais), sindicais e religiosas.

### Artigo 5.º

#### Dos pedidos de utilização

1 — Terão preferência os pedidos de utilização abrangidos pelo n.º 1 do artigo 4.º, sendo a ordem de prioridade referida de forma genérica de acordo com o escalonamento definido no artigo 4.º

2 — Dos pedidos constarão também as seguintes especificações:

- a) Identificação do responsável;
- b) Indicação do tipo de actividade a realizar;
- c) Período de utilização, com indicação dos dias, horas e do seu início e fim.

3 — Os pedidos para utilização deverão ser feitos até 15 dias antes da realização da acção. Os pedidos feitos posteriormente só serão aceites condicionalmente.

nuel Rodrigues de Carvalho.

## Regulamento Municipal de Utilização do Cine-Fórum de Penedono

### Preâmbulo

Possuindo esta Câmara Municipal umas instalações conhecidas como Cine-Fórum, implica agora regular o seu uso e formas de utilização, que se afiguram das mais variadas.

Constitui já este edifício, além do uso para projecção de filmes com carácter regular, um local por excelência para a realização dos mais variados eventos no concelho, e em especial os de carácter cultural e pedagógico.

Dados os inúmeros pedidos de cedência das instalações referidas, o presente Regulamento visa regulamentar, na sua essência, todo o processo conducente à concessão de utilização e à responsabilização dos requerentes por danos causados nas instalações e equipamentos.

Por um lado, com este Regulamento de Utilização do Cine-Fórum de Penedono, ficam os munícipes e demais associações e organismos, que vejam interesse na sua cedência, com conhecimento de algumas regras base que deverão observar, por outro lado dota-se a Câmara Municipal de mais um instrumento norteador das suas relações com os munícipes, pessoas singulares e colectivas.

É neste seguimento que surge o Regulamento de Utilização do Cine-Fórum de Penedono, nos termos do disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelas Leis n.ºs 25/85, de 12 de Agosto, e 18/91, de 12 de Junho, e da alínea f) do artigo 19.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto.

**Artigo 6.º**

**Da autorização**

A autorização será comunicada, por escrito, ao requerente com a maior antecedência possível e com especificação das condições fixadas.

**Artigo 7.º**

**Não transmissibilidade da utilização**

As instalações só podem ser utilizadas pelas entidades ou pessoas para tal autorizadas, não sendo permitida a transmissibilidade a terceiros.

**Artigo 8.º**

**Responsabilidade por danos**

Os utilizadores, devidamente autorizados, responsabilizam-se por qualquer dano que se verifique nas instalações e equipamentos existentes verificados no período da sua utilização, sem prejuízo da aplicação de coima, nos termos do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, em especial se o dano verificado se dever a comportamento doloso.

**Artigo 9.º**

**Taxas**

1 — Os utilizadores do Cine-Fórum de Penedono definidos no artigo 4.º são obrigados a efectuar o pagamento de taxas de utilização, de acordo com o estipulado no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas, Tarifas e Preços.

**Artigo 10.º**

**Isenções**

A Câmara Municipal, em casos pontuais, poderá isentar de pagamento a entidade peticionária, desde que o pedido seja devidamente fundamentado.

**Artigo 11.º**

**Entrada em vigor**

O presente Regulamento entra em vigor 15 dias após a sua publicação no *Diário da República*, 2.ª série.

**Aviso n.º 3789/99 (2.ª série) — AP.** — Professor João Manuel Rodrigues de Carvalho, presidente da Câmara Municipal de Penedono:

Torna público que, após apreciação pública, afixação em todos os lugares de estilo e publicação no *Boletim Municipal*, n.º 87, e recolha de sugestões pelo prazo de 30 dias, nos termos e para os efeitos dos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Assembleia Municipal, no uso de competência que lhe é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 100/84, de 29 de Março, na redacção dada pela Lei n.º 18/91, de 12 de Junho, aprovou em sessão de 29 de Março de 1999, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por unanimidade em reunião de 2 de Março de 1999, o Regulamento Municipal do Licenciamento da Ocupação da Via Pública, que a seguir se publica na íntegra.

30 de Abril de 1999. — O Presidente da Câmara, *João Manuel Rodrigues de Carvalho*.